

POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO E DESIGUALDADE

REGIONAIS:

o caráter seletivo e residual da Intervenção governamental no
Maranhão

Benjamin Alvino de Mesquita¹

RESUMO

O texto se propõe a examinar os resultados da intervenção governamental dos anos setenta, consubstanciado na política de desenvolvimento regional e na fase posterior anos noventa com a política neoliberal em termos de impactos em atividades produtivas e também nos aspectos sócio - ambientais. Demonstra-se ainda que tanto numa fase quanto noutra a mesma se caracteriza pelo caráter seletivo e residual desta atuação.

Palavras-Chaves: Desenvolvimento Regional. Política de Modernização Agrícola. Pecuária e Concentração da Terra. Maranhão. Política Neoliberal.

1 INTRODUÇÃO

A presente análise, para efeito de exposição² foi dividida em duas partes, uma onde se faz uma contextualização desta questão mais geral para compreendermos, o porquê deste status quo relativo à permanência das desigualdades no plano regional, em particular no maranhão; e uma outra, onde se demonstra de forma pontual e esquemática, quais os impactos do avanço do capital na esfera produtiva e como o mesmo pode dar elemento de compreensão para a atual configuração da exclusão social e das desigualdades regionais, no plano local e regional.

Trata-se de apontar algumas questões pontuais do desenvolvimento capitalista local que vão de encontro a essa temática mais geral, na medida que a mesma é produto da política regional dos anos 70 que tinha por base os incentivos fiscais, crédito subsidiado e políticas compensatórias e nos anos mais recente a

¹ Professor do departamento de economia e do Programa de Pós - Graduação de Políticas Públicas /UFMA

² O texto é uma adaptação da conferencia proferida na III jornada internacional de políticas publicas com o tema a questão do desenvolvimento regional no Brasil e, portanto deve ser visto como tal e

política econômica de cunho neoliberal/ortodoxa.

Enquanto, na primeira forma de atuação o estado detinha-se ou levava em consideração formulações e especificidade locais, essa última sob a égide neoliberal homogeneiza a ação da política econômica como se o Brasil fosse homogêneo e não houvesse desigualdades. Quer dizer a intervenção do estado é substituída pelo mercado e a política macroeconômica centralizada no câmbio e no combate à inflação, iguala segmentos sociais desiguais e assim aprofunda ainda mais as desigualdades regionais. O ideário liberal é que o mercado a longo prazo resolveria (haveria uma convergência) essa situação de desequilíbrio, mas esquece que a longo prazo todos estão mortos.

A dinâmica sócio-econômica do Maranhão no último quartel do século XX reflete bem a ação do Estado brasileiro, sob diferentes aspectos. Em particular nas políticas de desenvolvimento regional, operacionalizada com o intuito de apressar o desenvolvimento econômico, corrigir distorções setoriais e regionais e garantir o processo de reprodução ampliada do capital. Para tanto, foi acionado uma gama de instrumentos de ordem fiscal e creditício, bem como atuar diretamente em atividade produtiva a fim de ocupar espaço vazio na matriz industrial e assim estruturar a oferta, priorizando atividades ou locais específicos de inversão. A economia capitalista se expande dentro de um padrão cíclico e com tendência oscilante. Isto significa afirmar que o crescimento econômico assume um caráter errático que flutua ao longo do tempo e que o mesmo está vinculado fundamentalmente ao movimento do investimento, que por seu turno, tem a ver com os determinantes da demanda e da oferta agregada.

De acordo com os modelos macro-dinâmico keynesiano-kaleckiano, o grande problema de uma economia capitalista se encontra do lado da demanda e da sua sustentação para manter o nível de atividade e, portanto, da renda e do emprego. (KALECKI, 1984). E isso, passa essencialmente pela decisão de investir e secundariamente pela de consumir. Ou seja, percebe-se que há um conjunto complexo de variáveis de ordem econômica e psicológica levados em consideração pelo investidor no momento de investir na ampliação da capacidade produtiva e assim qualquer indecisão significa postergar o início de uma atividade e, portanto, do crescimento econômico (KEYNES, 1988).

não uma peça acadêmica relativa a esse conteúdo.

Foi neste contexto de oferecer condições para que investimentos crescentes fossem carreados para os deferentes setores econômicos, que o governo, ao longo da segunda metade do século XX, através de suas políticas macroeconômicas (fiscal, monetária e cambial) regionais e setoriais e, ainda na própria participação sob forma de investimento em infra-estrutura econômica e social e em atividades diretamente produtivas, intervem no processo de expansão capitalista no país, especialmente em áreas/atividades/setores atrasados via a indução de instalação de médias e grandes empresas, com a intenção de alterar o perfil produtivo das regiões brasileiras e ao mesmo tempo aumentar a oferta e produtividade (MESQUITA, 2006).

Trinta anos depois desta intervenção governamental e do seu afastamento da condução de uma política de desenvolvimento regional ativa, que tinha como fundamento a implantação de relações de produção capitalista em áreas periféricas, percebe-se que a resultante desta (des) atuação não é aquilo que se esperava e/ou se prometia, sob a égide do estado desenvolvimentista, alterar e/ou eliminar o perfil perverso das desigualdades e de exclusão social de locais como o Nordeste/Maranhão. Do mesmo jeito o neoliberalismo, hegemônico a mais de 15 anos, também passou ao largo desta questão, crescimento econômico com distribuição de renda e redução da pobreza (IMESC, 2008). Ou seja, por que o Maranhão, apesar de crescer significativamente em trinta anos (1970/2002) algo em torno de 4,2 % ao ano, (ALBUQUEQUER, 2005) não conseguiu melhorar o padrão de vida da maioria de sua população? Por que essa estratégia intervencionista e/ou liberal adotada não tem funcionado a contento a fim de garantir um desenvolvimento sustentável aos seus cidadãos? Que fatores podem ser apontados com entraves a essa conquista?

2 Intervenção governamental na formação do mercado nacional.

Embora não haja unanimidade quanto o papel que o estado exerceu (ainda exerce) no processo de formação e desenvolvimento do capitalismo nas diferentes formações sociais é impossível negar sua relevância não só nesta fase inicial mas em etapas posteriores de sua consolidação. Marx e posteriormente outros como Hobsbrawn, Arrighi, Braudel e Dobb demonstram a importância desta ação do estado na criação do mercado consumidor e de trabalho ao capital que antecede a

própria consolidação do capital industrial na Inglaterra e também do Estado Nacional Moderno, possibilitado pela a chamada apropriação da base fundiária que se estende por séculos no campo inglês, mas também por outras incursões (legislação sanguinária/pirataria/saque/venda de terras publicas/dívida publica dentre outras) a favor do processo de acumulação de capital e, sobretudo indispensáveis a derrocada do *ancien regime* e na condução de estratégias diversas (MARX,1988).

Esse movimento dominou soberanamente em todos os países desenvolvido da atualidade, inclusive os paladinos (atuais) do neoliberalismo como a Inglaterra e os Estados Unidos, sem esta intervenção do estado na sua etapa inicial de desenvolvimento possivelmente teriam percorrido outros caminhos. Como se sabe na pátria de Smith e Ricardo precursores do livre mercado e das vantagens comparativas, a doutrina do livre cambismo só entrar em vigor quando a economia inglesa se torna hegemonia econômica e militarmente, antes disto a Coroa Inglesa estava a serviço do grande capital (mercantil/bancário/manufatureiro) para conquistar mercados e destruir concorrente (Países Baixos) e assim assegurar mercado para suas precárias manufaturas nascente.

De forma retardatária outros países cada um com suas especificidades, também vão usar a ação do estado para queimar etapas no seu processo de crescimento econômico, como o Japão, França, Alemanha e Brasil. No Brasil, deste a formação do Estado Nacional a presença do Estado na economia é de contínua intervenção. No séc. XIX ele assume um papel fundamental na viabilização e consolidação da cultura cafeeira e conseqüentemente as formas de organização capitalista, conforme atesta Furtado (1973), sem a sua participação, na solução de problemas estruturais como a escassez de mão -de -obra, o acesso a terra apenas via a Lei de Terra (1850) e a adoção sistemática de uma política de desvalorização cambial seria impossível o setor cafeeiro assumir a magnitude que teve durante mais de um século na economia do país.

Apesar da relevância do café para a implantação do capitalismo no Brasil, a consolidação de formas capitalista só se impõe quando antigo padrão de crescimento comandado pelo café é substituído pela acumulação ditada pelo urbano e o setor industrial que se dá a partir da década de 1930 com Getulio Vargas.

O mercado nacional da década de trinta ainda era pouco integrado e diversificado, girava em torno de alguns produtos para o comércio internacional e/ou voltado para mercados regionais pouco capitalizados. Poder-se-ia dizer grosso

modo que a economia brasileira continuava entorpecida num lento processo de transição de relações não capitalistas para as capitalistas, pois embora o trabalho servil se extinga em 1888, a consolidação das relações capitalistas propriamente dita só avançará consideravelmente no pós - 2ªGuerra com a instalação de indústria de base indispensáveis a industrialização dos setores de bens de consumo duráveis.

A crise da hegemonia do antigo modelo agrário-exportador e a sua substituição pelo modelo urbano industrial baseado na substituição de importação introduz conforme Francisco de Oliveira (1986) um novo modo de acumulação, qualitativa e quantitativamente distintos, que dependerá substantivamente de uma realização parcial interna crescente, apoiada inclusive em relações “atrasadas”, mas úteis ao processo de acumulação na área dinâmica da economia.

É neste contexto, que o estado assume um papel ainda mais relevante. Regulamenta e promove mediações das mais diversas entre o capital e o trabalho com intuito de promover e acelerar o processo de acumulação interna. Além disso assume também o papel de empresário em áreas estratégicas para o desenvolvimento econômico almejado. Paralelamente a agricultura assume novas funções, (além daquela de gerar divisas para a industrialização), dentre elas a de produzir alimento e matéria-prima barata a fim de atender a demanda crescente do novo padrão de acumulação vigente.

Neste contexto a agricultura “tradicional” ou “atrasada” aquela baseada em forma não capitalista e implementada nas áreas de fronteira agrícola (Paraná, Goiás, Minas Gerais e Maranhão) desempenha um papel de destaque já que a mesma garante via rebaixamento do custo de reprodução da força de trabalho urbana a reprodução de setores hegemônica da economia (urbano/indústria) e assegura assim que o processo de reprodução ampliada do capital não se interrompa.

Essa lógica dita pela pequena produção não capitalista, hegemônica por produtores não proprietários prevalecerá até os anos 60, quando o padrão de acumulação na agricultura se altera consideravelmente, em função do modelo de desenvolvimento agrícola que irá se estabelecer, baseado na Revolução Verde exportada (USA) com fórmula mágica para enfrentar o atraso, a baixa produtividade e a escassez de produtos agrícola.

Este novo padrão de desenvolvimento será ditado por uma forte intervenção governamental no setor via a introdução de uma política agrícola ativa

baseada no farto e subsidiado crédito rural.

3 INTEGRAÇÃO PRODUTIVA E O CARÁTER PONTUAL E RESIDUAL DA INTERVENÇÃO GOVERNAMENTAL NO MARANHÃO.

O movimento de integração do Maranhão só se efetiva verdadeiramente após 1964, quando um conjunto de infra-estrutura, sobretudo rodovias como a Belém/Brasília; São Luís/Belém e São Luís Teresina ligam o Maranhão a ponto estratégico do Centro-Sul e a Sudene e Sudam começam a financiar projetos de todo tipo especialmente os agropecuária.

Num primeiro momento, essa integração se faz como a produção de alimentos básicos (arroz) e pecuária bovina; posteriormente com o Grande Carajás como exportador de minério (ferro e alumínio). O processo de inclusão ao mercado nacional, inicialmente se fez “espontaneamente” via migração de nordestinos expulso pela secular crise agrária que ainda domina o Nordeste, depois a partir de gordos subsídios às empresas comerciais e agropecuárias com objetivo de modernizá-las tecnologicamente, bem como gerarem demanda de insumos ao pólo dinâmico do capitalismo brasileiro. Foram duas estratégias diferentes que conseguiu incorporar milhões de hectares ao processo produtivo (MESQUITA, 2006).

Em outras palavras, antes da SUDENE, a inserção do Maranhão no mercado Nacional se fazia via a expansão da fronteira agrícola comandada por pequenos produtores, não proprietários, que se dedicava basicamente a produção de arroz destinado ao abastecimento dos núcleos urbanos do Centro-Sul. Posteriormente, década de 70, com a política regional ativa baseada nos incentivos fiscais e créditos subsidiados outras atividades pecuária depois a soja assumem esse lugar do arroz e da agricultura familiar. Os atores sociais deste processo também são outros, saem os posseiros e entram os pecuaristas / proprietários fundiários da pecuária de corte. A principal beneficiária deste enormes subsídios patrocinados pela sociedade brasileira foi a pecuária de corte que cresceu consideravelmente até a extinção desta política regional.

No Maranhão, a política regional da Sudene e Sudam, tiveram efeitos residuais, dado que ela só se manifestou de forma pontual, nos casos da pecuária de corte e alguns poucos setores da “agroindústria” como o beneficiamento de óleos vegetais e madeira, isto até 80, sendo pouco representativa para o conjunto da

economia e produtores beneficiados. A incorporação de insumos modernos no setor agropecuário do Maranhão como um todo, ocorreu de forma pontual e seletiva. Ou seja, estes principais instrumentos de modernização econômica pouco fizeram em termos de transformação qualitativa do perfil produtivo do estado e, portanto no rompimento de uma estrutura arcaica, mercantil e excludente herdada deste os tempos colonial.

A política econômica tanto pode ser um instrumento de redução de desigualdade regionais, como de reforço e aprofundamento das mesmas. Na medida em que ela beneficia atividades e áreas mais dinâmicas, ela concorre para reforçar as desigualdades regionais.

A principal ferramenta indutora de investimentos que viabilizou a expansão e a inclusão capitalista no Maranhão foi o crédito e incentivos fiscais estabelecidos pela política econômica para o âmbito regional. O crescimento econômico do estado nas décadas de 1970 e 1980, em particular da pecuária, é expressão desse conjunto de fatores de ordem política e econômica, com desdobramentos nas ordens sociais e demográficas, interagindo sob diferentes ângulos resultando daí transformações diferenciadas, diversificadas nos variados planos dessa sociedade, sendo que em alguns as mudanças são muito mais profundas do que em outros.

4 CRESCIMENTO ECONÔMICO E IMPACTOS SETORIAIS.

Sem duvida, Brasil, Nordeste e Maranhão mudou muito ao longo das ultimas décadas, transformações que em outros países demorou séculos para viabiliza-se, aqui se fez em algumas gerações. O problema é que aqui essa transformação, expressa em termos de taxa de crescimento econômico, urbanização, mudança no perfil produtivo, inserção no mercado internacional, gerou mais problema do que soluções, dado o caráter desigual e heterogêneo como se processou espacial e temporalmente.

Apesar do desempenho histórico da economia nordestina superior ao Brasil especialmente até meados de 80, expresso em termos de taxa de crescimento do PIB da renda per-capita e IDH não foi suficiente para superar o fosso histórico existente entre sudeste e sul.

Por outro lado, como as taxas de crescimento³, renda per-capita e da população dos últimos anos é medíocre, não ultrapassa a 3% a.a, isso acaba contribuindo para a manutenção do status quo existente ou mesmo para uma regressão em termos relativos frente a outras regiões que se destacam em igual período; Percebe-se que a maior parte dos índices representa apenas metade da média nacional, embora haja diferenciação interna intra-regional significativa, com destaque para o maranhão, seja cotejando com a Amazônia legal ou a região Nordeste.

Há um consenso entre os economistas que a economia do Maranhão vem passando por transformações importantes nos seus diferentes setores econômicos, especialmente na agropecuária (perde posição) e na indústria de transformação⁴ (galga posição). Observando a trajetória da economia do Maranhão, entre 1970 e 2004, percebemos mudanças importantes, cresceu 4,2% ao ano (ALBUQUERQUE, 2005). Do “início” da era neoliberal a 2004 ela cai para 3,11% ao ano, em igual período Nordeste e Brasil estão ainda mais lento respectivamente 1,87% e 1,89 % (IMESC, 2008).

Apesar deste bom desempenho o Maranhão, expresso por taxa de crescimento superior ao do Nordeste, o Maranhão detém uma posição muito modesta na geração de riqueza (PIB) tanto em termos absolutos R\$ 16,547 bilhões de reais em 2004, quanto relativo, 0,9% do total do país. Entre 2003 e 2005 o Maranhão ganhou algumas posições no cenário nacional e regional quando ultrapassou a barreira histórica de 1%, alcançando 1,17% do PIB nacional em 2005⁵. Quanto a renda per capita do Maranhão, percebe-se uma curva ascendente a longo prazo, em razão do crescimento demográfico menor, e da boa performance das exportações dos últimos seis anos. A taxa média de crescimento, entre 1985/2004, da renda per capita do Maranhão foi de 2,8% ao ano, bem superior a do conjunto do Nordeste que foi de 1,72% ao ano, contribui para isso a queda na taxa de crescimento da população⁶ que ficou em 1,64% ao ano, mesmo assim superior a do

³ Para efetivar os cálculos referentes ao PIB (maranhão) e outras agregados macroeconômico usou-se os dados disponibilizados pelo IBGE (contas regionais).

⁴ Claro que para alguns setores e/ou atividades elas são muito mais significativas do que para outros, pelo histórico do próprio movimento de expansão capitalista brasileiro.

⁵ Em termos de participação relativa do PIB maranhense em relação ao Nordeste, nota-se um aumento significativo, isto é, salta de 5,2% em 1985 para 6,7% em 2004. No entanto, a posição do Nordeste frente ao Brasil permaneceu inalterada neste mesmo intervalo, cerca de 14% ao ano.

⁶ Estado do Maranhão com 6 milhões de habitante apesar de ter 12% da população do Nordeste e 3,3% da do Brasil, seu PIB representa apenas 1,18% do país. Desta população, 59% é urbana e

Nordeste 1,45%. Contudo, outros estados do Nordeste e de outras macro-regiões do país também tiveram taxas importantes de crescimento em igual período. Se isso permite que o *gap* entre o Maranhão-Nordeste-Brasil diminua um pouco, por outro lado, essa taxa minúscula dificulta um avanço mais rápido na superação deste abismo descomunal que ainda há entre o Maranhão e mesmo os estados mais importantes do Nordeste Bahia, Pernambuco e Ceará.

4.1 Impactos da intervenção governamental 1970/2000.

4.1.1 Concentração fundiária

Uma questão que se poderia fazer a partir desta dinâmica capitalista atrelada a política regional dos anos 70, ou a política neoliberal dos anos 90, que resultados podem ser visualizados com ou sem essa efetividade da ação do governo, em setor como agropecuário objeto de constante atuação. E a partir as atividades que assumem essa dinâmica, onde se localiza temporal e espacialmente esse movimento do capital. Quais os impactos desta ação do capital em termo de tendência na concentração fundiária; produção de alimentos, babaçu e nos aspectos sociais e ambientais (desmatamento). São interrogações que precisam ser elucidada em função da relevância que se reveste para a compreensão deste perfil socioeconômico que impera na sociedade maranhense de hoje.

Costumeiramente, afirma-se que a expansão da pecuária (458)⁷ acarretou um aprofundamento generalizado na concentração da terra (98) e de outros problemas a ela relacionados, como a redução da área plantada com arroz (85) e mandioca (68), a queda no volume do babaçu (94) ofertado e também o aumento do desmatamento (267). Parte disto é verdadeiro, mas é necessário também procurar outros fatores ou variáveis que talvez expliquem muito mais do que a mera produção de espaço a pecuária. (MESQUITA, 2006, p 372)

Pesquisa recente demonstra que o crescimento da pecuária, isto é, a

41% é rural. As mesorregiões mais populosas são as do Oeste e do Centro.

⁷ Esses números estão expressos sob a forma de índice de crescimento, tendo como ano base 1970 e 95 como o fim da serie. A expansão da pecuária aqui expressa por pastagem plantada com o índice de 458 significa que a mesma nos 25 anos (1970/95) cresceu 3,58 %, o que dá uma taxa aproximada de 6,3 % ao ano. Ver Mesquita(2006), capítulo seis.

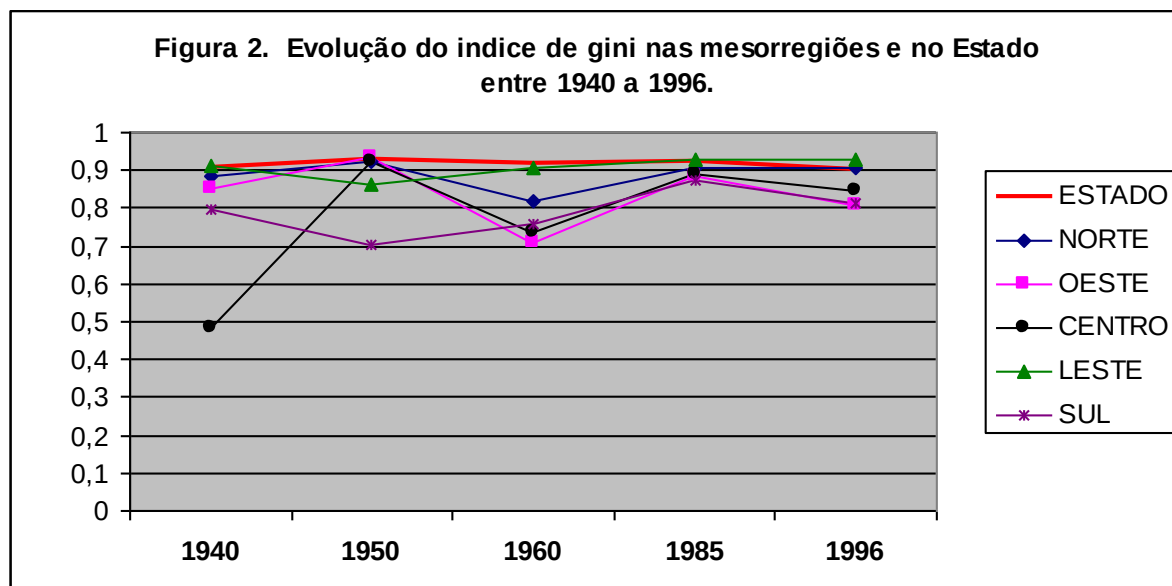
ampliação das pastagens (340) e do rebanho 190, já se fazia visíveis desde 1980. Articulados à mesma, encontravam-se o crédito rural, (820) a expansão da frota de tratores (332), o número de proprietários (175) e a pecuária empresarial. (1307) E posteriormente essa dinâmica inicial prossegue e se aprofunda. Por outro lado, se constata que a lavoura temporária e o extrativismo também cresceram (declinando posteriormente), assim como o desmatamento, que quase triplica em 15 anos. A figura 1 permite observar ainda, a relação que ocorreu entre a pecuária e outras variáveis como a posse da terra, a lavoura temporária, o babaçu e o desmatamento. (Ver figura A anexa)

Qualquer que seja o ângulo examinado ou o conceito utilizado estabelecimento (IBGE) ou imóvel rural (INCRA)⁸, constata-se que a estrutura fundiária do Maranhão se caracteriza pela rigidez e pelo caráter concentrado (MESQUITA, 2001). Há formas distintas de se checar esse aspecto, cada uma apresentando vantagens e desvantagens, mas todas apontam para uma estrutura de acesso e uso da terra extremamente desigual e antidemocrática. Os percentuais por estrato de área, as médias aritméticas e o índice de Gini⁹ são as medidas estatísticas mais conhecidas e utilizadas para esse. No Maranhão, conforme figura abaixo nos últimos cinquenta anos, esse índice sempre esteve muito elevado, acima de 0,90, mas houve um recuo pouco significativo entre 1950 (0,93), e início de setenta (0,926). Essa tendência declinante prossegue até 1995. Mesmo assim, com 0,901, continuou alta (PORRO, 2004).

Pela figura abaixo, percebe-se que houve alteração positiva na concentração fundiária em todas as mesorregiões, em particular na Oeste (25%) e no Centro (21%) principalmente do período de 1960/1985, época do auge do crescimento da pecuária na área focalizada.

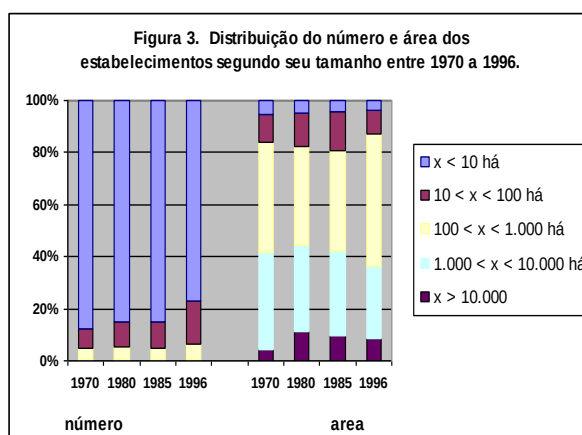
⁸ Cada uma dessas categorias tem suas vantagens e desvantagens no estudo da estrutura agrária.

⁹ Este índice tem uma amplitude de variação vai de 0 a 1, quanto mais próximo de um, mais concentrado é o índice. Pelos números se percebe que a concentração da terra no Maranhão modificou-se pouco, inclusive no plano das meso e microrregiões. Graficamente, o "Índice de Gini" corresponde à proporção da área total entre uma linha diagonal que indica condições de distribuição igualitária e a curva de Lorenz (PORRO, 2004).

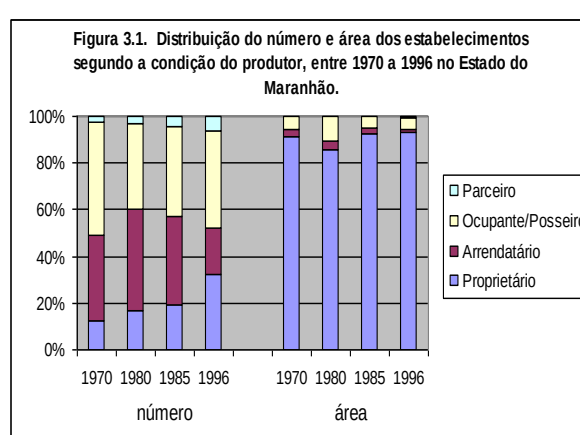


Fonte: IBGE - Censo Agropecuário, 1940/1950/1960/1985 e 1996.

A estrutura fundiária também pode ser visualizada conforme mostra figuras seguintes, via estrato de área e a condição do produtor assumindo a seguinte tendência. Por exemplo, de acordo com a figura 3.1, os pequenos produtores sem terra (parceiros/ocupantes/arrendatários) perdem espaço sob todos os aspectos (número e área) e sua média diminui, saindo de 1,8 ha em 1970, para 1,4 ha em 1995. O latifúndio (estabelecimento grande) aumenta em 14% (sai de 2377 ha para 2716 ha em 1995). Os médios estabelecimentos, mesmo dobrando sua participação (número e área), têm sua área média diminuída, caindo de 132 ha para 95. Em média, cada proprietário possui uma área 25 vezes maior que a do posseiro que, como se sabe, junto com os arrendatários, constitui ainda a espinha dorsal da agricultura maranhense em termos de produção e ocupação de mão-de-obra (MESQUITA 2006).



Fonte: IBGE - Censo agropecuário, 1970 a 1996.



Fonte: IBGE - Censo agropecuário, 1970 a 1996.

Essa tendência que se registra nesse intervalo de 25 anos, nos diversos estratos de área e/ou tipo de produtor está associada ao uso dado a terra, que se direciona à pecuária extensiva consolidada nesse intervalo; à introdução de monoculturas de soja e eucalipto; à “nova” política agrícola; e ao programa de assentamento, intensificado no final dos anos 90 pelo INCRA. Esses fatores, aliados a outros de ordem estrutural e conjuntural, possibilitaram o aumento importante do número de proprietários e da área média dos estabelecimentos articulados ao agro negócio (ALMEIDA et al, 2001).

Cabe ainda acrescentar que a ação governamental, por meio dos instrumentos de que dispunha como o crédito rural subsidiado, os incentivos fiscais e o Estatuto da Terra e outros programas e projetos atinentes à política agrária que permitiam ações efetivas no campo da regularização fundiária, responde pelo perfil atual da estrutura agrária maranhense ¹⁰.

Por outro lado contrapondo-se as diferentes fases, a de crédito farto ou de escassez, com o índice de Gini, nota-se que as áreas privilegiadas que se apropriaram da maior parcela do financiamento não estiveram todas articuladas a um maior índice de concentração da terra ¹¹. Além disso é preciso acrescentar que o perfil perverso e antidemocrático de acesso à terra, que retrata a estrutura fundiária maranhense, não é fruto apenas de uma intervenção governamental nos moldes em que se realizou a partir dos anos 70 como muitos insiste em diagnosticar. Outros fatores devem estar associados à mesma, que podem ser tanto aquele de ordem política, acionado por segmentos de produtores organizados não contemplados com projeto de modernização, como o de ordem econômica, ditado pela instabilidade econômica que perdura desde a última crise do petróleo (1979) até a implantação do Plano Real em 1993.

¹⁰ Durante a fase auge da política regional há um crescimento da concentração da terra que favorece, deliberadamente, a grande empresa. Posteriormente, no pós-85, com a pressão de grupos organizados de trabalhadores, MIQCB, MST e outros, o governo é obrigado a ter uma política de regularização fundiária mais efetiva. Embora pouco eficiente, deságua na criação de centenas de projetos de assentamento (PAS) em nível federal (INCRA) e estadual (Iterma). Aliada as outras intervenções no mercado, como a criação de política específica para a agricultura familiar (Pronaf) e a própria estabilização econômica, pode ter contribuído para essa *ligeira queda* da concentração da terra e da propriedade de que os dados do penúltimo censo agropecuário do IBGE revelam (MESQUITA, 2006).

¹¹ Em algumas microrregiões do estado, apesar do acesso privilegiado a financiamento público, o crédito nas mesmas parece ter funcionado muito mais como um fator de desconcentração da terra do que o inverso. Por exemplo, na microrregião do Alto Mearim e Grajaú e a de Imperatriz, há um recuo do processo de concentração da terra nas mesmas; em ambas os Índices de Gini caem em torno de 9% (nove por cento) é o demonstra Mesquita (2006) em pesquisa recente.

Tanto um fator quanto o outro estiveram no centro dessa questão da estrutura fundiária e, ao se desencadearem, passaram a constituir e determinar o ritmo e a direção dessa concentração. A primeira ação consegue negociar áreas gigantescas, em particular aquelas que o Governo do Estado, através da Comarca - hoje Iterma -, havia vendido a preço simbólico a grupos empresariais interessados na exploração da pecuária e de madeiras nobres na Microrregião do Pindaré, cuja área perfazia um total de 400 mil hectares. Ela funcionou como um freio ao processo de grilagem acobertado durante décadas pelos três poderes constituídos. Por fim, um outro fator ou ação que não se deve excluir do cenário de declínio apontado na concentração da terra, entre 1985 e 1996, é a crise econômica. Ela, somada aos conflitos e à organização política dos trabalhadores, é talvez o principal fator que levou a essa reversão ou estabilização¹². Quer dizer, um conjunto de fatores (históricos, estruturais e conjunturais) está associado à concentração da terra e às mudanças no seu acesso e se relaciona tanto à atividade específica que demanda grandes extensões de terra, como à ação da política econômica, do comportamento do mercado e/ou às ações de caráter político que se efetivam entre os diferentes grupos que disputam seu uso e posse. Em outras palavras, ao lado de tudo isso se encontra a ação do Estado. É dela que, em última instância, resulta esse ou aquele grau de concentração ou desconcentração, esse ou aquele perfil de distribuição e acesso à terra e, portanto, no processo de acumulação e, conseqüentemente, no de concentração de capital que se consubstancia em termos de renda e da terra.

A concentração da terra, enfim, é multideterminada por um conjunto de fatores, sendo que a expansão da pecuária e os instrumentos de política agrícola e setorial a ela associados nem sempre foram os principais responsáveis por tal fenômeno¹³. Embora, sem dúvida, tenham dado sua parcela de contribuição para o quadro atual de concentração da posse e da propriedade da terra e da renda monetária que se constata no agrário maranhense.

¹² A razão é que a crise econômica, ao criar um clima de insegurança e de baixa liquidez do capital aplicado ou do investimento a realizar, trouxe instabilidade ao capital, que influenciou na paralisia e/ou desestabilização do mercado de terra, isto é, dos seus preços.

¹³ Principalmente tomando o período analisado (1970/2000) como um todo; conforme se demonstrou,

4.1.2 Produção de alimentos.

Embora a área agricultável possa ter inúmeros usos, na agropecuária maranhense apenas três têm importância: a lavoura temporária, na qual sobressaem quatro culturas (o arroz, a mandioca, o milho e a soja), a pecuária e o extrativismo do coco babaçu. Nos últimos 25 anos (1970/1996)¹⁴, a área de lavoura temporária cresceu apenas 2% e o volume de babaçu ofertado declinaram 6% já a área com pastagem (358%) ascendeu consideravelmente. Em razão disso o Maranhão perde participação na produção de grãos no Nordeste e Brasil. (Ver gráfico B e C anexo)

Diante desse cenário, uma questão inicial que se coloca é saber até que ponto o padrão de desenvolvimento dominante (extensivo em área e intensivo de capital) com que se realizou ao longo desse período (1970/2000) é responsável pela queda na produção de alimentos, em particular na etapa inicial (1970/1985), quando a mesma teve o reforço de crédito e incentivos fiscais. E, posteriormente, com a política neoliberal, outros fatores poderiam ser relacionados a essa problemática, apontaria pelo menos dois, um decorre dos rebates setoriais da política macroeconômica, especialmente as de comércio exterior, câmbio e monetária, e outro, a postergação da reforma agrária, sem dúvida estão na raiz da crise atual de oferta de alimentos.

A pouca dinamicidade da lavoura temporária se articula não com o que acontece com o segmento dinâmico (pecuária) do setor agropecuário, mas com as mudanças radicais da política econômica¹⁵ e da política agrícola que perpassam todos os anos noventa. Através da política agrícola é possível entender o porquê da crise que se abateu sobre a agricultura familiar e o extrativismo do Estado e, da ascensão do agro negócio da soja, do eucalipto e da continuação da pecuária de corte como atividade empresarial.

A ausência de uma política agrícola que contemple as especificidades da agricultura familiar e a manipulação da política comercial ao sabor das pressões externas, são fatores muito mais relevantes para explicar a queda na produção dos

esses elementos tiveram papéis relevantes no auge de sua expansão 1970/1985.

¹⁴ Todos os dados citados são originários dos Censos Agropecuários do IBGE e os cálculos retirados de Mesquita (2006)

¹⁵ Nos refaremos ao ajuste macroeconômico do início dos anos oitenta e da política agrícola adotada a partir de então, bem como da abertura comercial a que foi obrigado a fazer no novo cenário neoliberal imposto às economias dependentes do FMI, durante toda a década de noventa, conforme já colocado anteriormente

dois principais alimentos (arroz e mandioca) registrada no Estado, do que propriamente o crescimento do rebanho e/ou das pastagens como corriqueiramente se argumenta.

A política neoliberal econômica, ao trazer novos elementos ao cenário local como à concorrência interna e externa, volta-se à agricultura de exportação (soja e eucalipto), somado a isso há problemas estruturais antigos, como a concentração fundiária que dificulta o acesso a terra e que se configura como fator determinante na estruturação das relações de trabalho, contribuiu ainda mais para a desarticulação da agricultura familiar camponesa, tradicionalmente responsável maior pela produção e ocupação da força de trabalho local.

Em síntese, pode-se afirmar que a queda na produção de alimentos básicos, neste horizonte maior (25anos), não decorreu da prioridade a pecuária¹⁶, já que até nas áreas de pecuária ela continuou a crescer até 1985 (67%), evidenciando que não havia incompatibilidade entre ambas.

Posteriormente, o cenário declinante da produção de alimentos básicos está articulado com a política econômica e, conseqüentemente, com a política agrícola e agrária. O formato que a mesma assumiu nos anos noventa, desfavorável à agricultura familiar é que explica essa desarticulação da pequena produção familiar, ainda a grande responsável pela oferta de alimentos básicos e pela ocupação de mão-de-obra nesse Estado. A pecuária e seus sustentáculos não podem ser apontados como os únicos responsáveis desse festival de equívocos e de exclusão no qual a agricultura familiar tem sido submetida pelos governos que se sucedem.

4.1.3 Produção de babaçu.

No Maranhão a atividade extrativa do babaçu, sob o ponto de vista de sua oferta, sempre esteve associada à agricultura familiar (AF) e se caracteriza por ser ultra - extensiva em área e intensiva em mão-de-obra, tendo as mulheres um papel

¹⁶ A princípio, segundo Mesquita (2006), os dados sistematizados nesta linha não permitem, em particular até 1985, apontar que a pecuária tenha se constituído num entrave ao crescimento da agricultura (5,25%a.a), pois agricultura cresce tanto no berço recente da pecuarização (Oeste) como toma a direção do Sul (9,5%a.a), onde detém taxa semelhante à expansão das pastagens (10,2%a.a), ou seja, estão perfeitamente articuladas.

fundamental na condução da atividade. Isso significa dizer que o nível de produção da atividade está intimamente relacionado às ações de políticas públicas que lhe dizem respeito direta ou indiretamente. Por outro lado, sua relevância, não se encontra no aspecto econômico, que é declinante, mas no seu caráter eco/preservacionista, político e social que assume seus atores sociais – as mulheres quebradeiras de coco babaçu – através do seu principal organismo de atuação o MIQCB (Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu). Desta forma, os problemas que esses produtores enfrentam, de um lado em função da ausência de políticas públicas direcionadas a esses segmentos e, de outro, pela prioridade dada a pecuária e a grande propriedade, desde os anos setenta, tendem a potencializar as dificuldades destes produtores rurais ligados ao extrativismo (MESQUITA, 1998,2006).

Quando se coteja um grupo de variáveis ver figura C (anexa) alguns fatos chamam a atenção, de um lado, há um forte crescimento da área com pastagem plantada, do número de estabelecimentos, da pecuária em moldes empresariais¹⁷ e do desmatamento. De outro, há um declínio na produção de arroz, no trabalho familiar e do numero e da área de estabelecimentos de não proprietários. Além da pouca importância do crédito rural em termos de volume de recursos que o mesmo apresenta (taxa de crescimento) ao longo desse período de 25 anos. A produção do babaçu embora crescesse 31% até 1985, depois dessa data declinou 28% juntamente com o do arroz 36%, volume de trabalho familiar 42% e o numero de estabelecimentos e áreas de não-proprietários 39%;

Diante desta correlação positiva, tornou-se lugar comum afirmar que o avanço da pecuária foi o principal fator da queda sistemática da produção do babaçu, da ordem de 5,5%, entre 1970/1995. Do lado do babaçu a expansão é modesta até 85 cerca de 31% no Estado, sendo o Leste com 47%, o local mais dinâmico da atividade, na área por excelência de pecuária aparece o Oeste, com 25%.No pós 85 a atividade evolui negativamente 28%,isso vale para todas as Mesorregiões. No primeiro momento, a direção das pastagens foi no sentido Oeste/Norte, com taxas de crescimento superiores a 11% ao ano, enquanto a do babaçu era de Leste a Oeste ,com taxa expansão inferiores a 2,6% ao ano. As duas atividades se expandiram tanto em direções opostas, como comuns. Desta forma a

¹⁷Aquela que se caracteriza pela grande escala de produção e não pelo tamanho da área do estabelecimento (MESQUITA, 2006).

interferência da pecuária na oferta do babaçu se fez de forma indireta,

A oferta do babaçu está relacionada a um conjunto de fatores, tanto do lado da oferta quanto e, principalmente, do lado da demanda, a expansão da pecuária foi e é sem dúvida um deles, mas há muitos outros tão ou mais importante quanto à introdução de bovinos gado e do arame farpado. Os elementos que interferem na oferta do babaçu está relacionado a inexistência de uma política extrativista, política comercial, ao sucateamento e fechamento do parque de beneficiamento local, pela redução da força de trabalho familiar / mulheres, a introdução da soja e o acesso a terra (aos babaçuais). Todos estão interligados e de sua movimentação tem-se o resultado final em termos de uma maior ou menor oferta de produto.

Dentre essa gama de variáveis, algumas se sobressaem. De um lado, talvez com chance de ser a maior responsável por todos os problemas relativos ao extrativismo e também a outras atividades, está a alta concentração fundiária e, por outro lado, à política comercial relacionada a importação de óleo substituto ao babaçu, que se estabelece a partir Governo Collor. A primeira afeta diretamente a oferta e a segunda, desloca para baixo a demanda interna, o que também ocasiona uma retração no nível da produção e do preço do produto.

Portanto, o atual perfil e performance da atividade extrativa do babaçu se deve a um somatório de fatores intimamente interligados que interagem entre si e atuam tanto do lado da oferta, quanto da demanda e o tamanho desta ou daquela interferência é função das pressões que o segmento dos produtores agro extrativista tem condição de realizar frente aos seus opositores (grandes proprietários) e a política governamental, seja ela qual for, extrativa e/ou econômica (cambial/comercial).

Assim, nenhuma atividade específica mesmo a pecuária extensiva, não foi (nem é) suficiente para impedir a manutenção e até melhoria de grupos específicos organizados em torno do babaçu, como a cooperativa do Lago do Junco que superou todas as dificuldades e conseguiu se inserir no mercado internacional de produtos diferenciados que preservam a natureza¹⁸. Conforme se demonstrou, todos os obstáculos (expansão da pecuária, concentração da terra, política comercial desfavorável) não foram suficientemente fortes para excluir a atividade extrativista

¹⁸ Há uma ampla bibliografia tratando desse assunto, ver especialmente Pereira (2001) e Almeida (2001, 2005) e Mesquita (1998, 2003, 2006)

do cenário maranhense. Em trinta anos a produção caiu é verdade, mas apenas cinco por cento (ver anexo).

4.1.4 Impactos da intervenção no aspecto social.

No que toca à questão social, percebe-se que as altas taxas de crescimento da economia dos anos recentes e as promessas de desenvolvimento baseada na introdução do grande capital no campo e na industrialização que estar por vir, não têm dado cabo nem ao menos de estabilizar a “miséria absoluta” que campeia todos os rincões do Estado do Maranhão. Ao contrário, o modelo econômico vigente tem sido padrao da maioria da população, especialmente a rural, e dentre desta os grupos que formam os povos e comunidades tradicionais, como os agros extrativistas, quilombolas, indígenas, pescadores artesanais, etc.

A concentração da renda e da terra continua alarmante, uma das maiores do país, assim como todos os demais indicadores sociais, tais como os índices de analfabetismo; esgotamento sanitário; acesso a energia e a coleta de lixo; esperança de vida; etc¹⁹. Uma rápida passagem pelos indicadores sociais²⁰ relacionados ao Maranhão nos dá uma real posição, aliás, muito desconfortável do produto que resultou essa forma de desenvolvimento ao longo destas últimas décadas. É verdade que quase todos os dados relacionados a tal perfil têm alterado para melhor ao longo do período, mas a questão é que também outros estados da federação esse movimento ascendente também vem ocorrendo o que nos coloca em termos relativos num lugar de final de fila. É preocupante, pois dados recentes apontam para uma crise social generalizada no Maranhão.

Em primeiro lugar, um dos principais indicadores de crise social é o IDH, em 2002, o Maranhão possuía um índice de 0,637 contra 0,687 do Nordeste e 0,767 do Brasil. O índice maranhense representa a pior posição, apesar de ter ocorrido uma substantiva melhoria entre 1970/2002, um crescimento de 61%. O índice de Gini que mede a desigualdade subiu de 0,60 para 0,70, entre 1991 e 2000. Se nos detivermos à expectativa de vida ao nascer, em 2002, para o Maranhão era de 65

¹⁹ As pesquisas e índices sobre o nível de desenvolvimento humano (IDH), exclusão social, degradação ambiental realizados pela ONU/IPEA e Universidades locais desde a década de 1990, demonstram o quadro de carência e de desigualdade em que se encontra a população. Isto coloca o Maranhão como um dos piores do país.

²⁰ Todos os dados foram retirados do portal do Governo do Estado do Maranhão

anos contra 66 do Nordeste e 69,4 do Brasil. A respeito dos índices educacionais, o nível de alfabetização, isto é, percentual de pessoas com mais de 15 anos alfabetizadas, o Maranhão detinha 64%, contra 77% do Nordeste e 89,6% do Brasil. Soma-se a isto, a média de estudo da força de trabalho é baixíssimo era de 2,8, em 1991, passando para 4 anos em 2000. O número de pessoas em curso superior (o Maranhão conta com duas universidades públicas, uma federal e uma estadual e 18 particulares) é insignificante, 60 mil.(IMESC, 2008).

Há que se destacar que a desigualdade expressa pelo índice de pobreza extrema ou de indigência (abaixo de U\$ 1 em 2000) era de 30%, contra 24% do Nordeste e 12,9% do Brasil. Os 30% do Maranhão representam 1.800.000 pessoas (Hum milhão e oitocentas mil). É o estado da Federação com maior índice de indigência. Na chamada Linha da Pobreza há 86 municípios, isto é, aproximadamente, 4,8 milhões de pessoas. No entanto a proporção de pobres os quais utilizam programas sociais dos governos caiu entre 1991 e 2000, cerca de 11%. Quanto a distribuição e concentração de renda ela se intensificou entre 1991 e 2000. Em 1991 os 20% mais pobres detinham 2,9% da renda; em 2000 se apropriavam apenas 1,2%. Já os mais ricos detinham 2/3 da renda, isto é, 64%, passando a deterem em 2000 69% da renda gerada no estado.

4.1.5 Impactos da intervenção nos aspectos ambientais.

Quanto ao aspecto ambiental, o modelo adotado de desenvolvimento baseado na *mecanização e quimificação* da agricultura que prevalece deste a década de 70, assentado na pecuária extensiva e em anos recentes na produção de soja e de carvão vegetal, provocou conseqüências irreparáveis nos ecossistemas da Amazônia e dos Cerrados. O nível de desmatamento apresenta um crescimento intenso até meados da década de 1980, depois declina levemente no início da década de 1990, voltando a crescer fortemente com o ciclo de commodities na década dos 2000.

Por outro lado, decompondo esse processo de desmatamento, nota-se que, entre 1970 e 1985, ele se vincula a pecuária, cerca de 56%, a proprietários, a grandes estabelecimentos e predomina nas meso-regiões Sul e Oeste. No período

pós 1985, além destes fatores discriminados, o desmatamento também se articula com a expansão da soja e do carvão vegetal (para fabricação de ferro-gusa) e, se dirige ao Sul do Estado. O desmatamento é assim explicado por uma dinâmica interna que se vincula à lavoura temporária e a pecuária, e outra, externa dada pelas monoculturas e pecuária inseridas no ciclo de commodities.

A dimensão e velocidade do desmatamento que se verifica neste período são impressionantes, particularmente nos últimos cinco anos, quando ele assume uma característica mais predadora do que aquela prevalecente à época dos incentivos fiscais e créditos subsidiados. Estimativas realizadas (MESQUITA, 2006) mostram que entre 2000 e 2005, o desmatamento girou em torno de 3,5 mil/km², ou seja, 350 mil hectares ano o que dá uma taxa de 13% ao ano, contra respectivamente 250 mil hectares ou 3,6% ao ano da fase anterior dos incentivos fiscais.

5 À GUIA DE CONCLUSÃO

Afinal que elementos explicam essa manutenção e/ou aprofundamento da desigualdade regional e da exclusão social no Nordeste e em particular maranhão. Poder-se-ia fazer um rol de fatores e variáveis que direto ou indiretamente respondem por esse cruel perfil. Entre os primeiros estaria fatores estruturais como a frágil base produtiva tanto em setores estratégicos, como nos tradicionais que prevalecem na região como um todo, aliado a baixa produtividade vigente nos mesmos, que por sua vez está interligada com a precária infra-estrutura e a baixa taxa de investimento (FBK) que prevaleceu durante essa época, investimentos esses direcionados predominantemente a setores intensivo de capital ou para quase-enclaves que pouco contribuíram na constituição de link estruturante na região²¹).

Alem disso como a estrutura produtiva da agropecuária, principal demandante de força de trabalho não qualificado, baseia-se, sobretudo, na agricultura familiar tradicional e no extrativismo, e está estagnada a décadas a fio, é impossível melhorar o padrão de renda desta parcela mais pobre da população. Por

²¹ No maranhão temos inúmeros exemplos; grupo João Santos na produção de açúcar e cimento, Celmar e Paineira e Gerdau no reflorestamento; Alumar no alumínio e CVRD no ferro.

outro lado, a parte dinâmica deste setor, como o agronegócio da soja, eucalipto e pecuária empresarial são extensiva em área e intensiva de capital, não tem força ainda para alterar esse quadro de fraco dinamismo do setor, apesar desta parte crescer ultimamente a taxa exponencial. E porque que atividades tão importante no ponto de vista do emprego, da geração de renda como agricultura familiar e o extrativismo apresenta um desempenho tão ruim nos 30 anos ?

Porque na etapa da política regional ativa o governo privilegiou grandes empreendimentos capitalistas extensivos e isolou o restante não-capitalista. Com a política neoliberal, ou seja, nos últimos 15 anos a política econômica e consequentemente a setorial volta a direcionar prioritariamente suas ações a segmentos assemelhados do passado, isto é, poupadores de mão-de-obra e intensivo de capital como a soja, novamente, a pecuária de corte e outros produtos do agronegócio empresarial. Ou seja, por não ser seletiva e nem considerar as especificidades regionais essa estratégia de desenvolvimento do agrário promove um espécie de arrastão das áreas (Nordeste) e atividades pouco dinâmica (agricultura familiar e extrativismo) a miséria absoluta ou a esse quadro de exclusão e desigualdade que ora percebemos.

Tal estratégia contribuiu ainda para concentrar a renda, a terra, deteriorar o meio ambiente e excluir milhões de pequenos produtores familiares que não consegue se articular ao mercado com a velocidade que o nível de concorrência lhe impõe. É neste cenário que nasce e se implementa as chamadas políticas compensatórias e programas sociais como da bolsa família como forma paliativa de amenizar a crise social.

A política regional é uma política econômica que objetiva reequilibrar a estrutura e fluxo econômico entre territórios diferenciados e desta forma ela pressupõe um planejamento contínuo e de longo prazo, onde se monitorize essa dinâmica entre e intra - regiões. Além disso, promover o desenvolvimento regional pressupõe um compromisso de estado e não de governo que deve resultar de consenso nacional e de uma aliança entre os mais diferentes segmentos sociais. O desenvolvimento regional e com ele a redução das disparidades regionais deve começar pelo acesso a ativos essenciais como a terra que junto com a educação constitui a curto prazo no mais eficiente e mais rápido e barato meio para apropriação da renda. Mas, a desigualdade regional em função do cenário político atual de ausência de um estado forte e de um projeto nacional de desenvolvimento

para enfrentá-la, deve aumentar ainda mais, por conta das vantagens comparativas que se constata entre as áreas mais dinâmicas e de estagnação respaldadas inclusive pela intervenção do estado (via o PAC) em tais regiões através de gasto público e/ou do financiamento estatal (BNDES) sem que haja qualquer tipo de projeto ou de política regional de enfrentamento que se visualize uma correção de percurso a curto prazo.

**POLITIQUE DE DÉVELOPPEMENT RÉGIONAL ET DE
L'INÉGALITÉ:** sélective et le caractère résiduel de l'intervention du
gouvernement dans Maranhao

RESUMÉ

Le texte se propose à examiner les résultats de l'intervention gouvernementale des années soixante-dix, représenté dans la politique de développement régionale et après les années quatre-vingt-dix avec la politique neo-libérale au qui se rapport aux impacts dans les activités productives et aussi dans les aspects socio-ambiental. Il analyse encore que tant dans une phase quant dans l'autre la même se caractérise pour le caractère ponctuel et résiduel de cette action.

Mots-clés: Développement Regional. Politique de Modernization Agricole; Elevage et Concentration des terres. Maranhão. Politique neo-libérale.

REFERENCIAS

ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcante. **Nordeste e Amazônia: Novos Caminhos de Desenvolvimento**. Rio de Janeiro. XVII Fórum Nacional; 2005.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de; et al. **Economia do babaçu**: levantamento preliminar de dados. São Luís: MIQCB/Balaio Typografia, 2001.

_____. **Guerra Ecológica nos Babaçuais**: o processo de devastação das palmeiras, a elevação do preço de commodities e aquecimento do mercado de terra na Amazônia. São Luís: Lithograf, 2005.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Ed. Nacional, 1973.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censos Agropecuários do Maranhão**. Rio de Janeiro, 1970; 1995-96.

INSTITUTO MARANHENSE DE ESTUDO ECONÔMICO E SOCIAL E DE

CARTOGRAFIA. **A dinâmica recente do desenvolvimento do Maranhão:** diagnóstico e perspectivas, relatório de pesquisa, São Luis, 2008.

KALECKI, M. **Teoria da dinâmica econômica.** São Paulo: abril Cultural, 1984.

KEYNES, J.M. **Teoria geral do emprego, do juro e da moeda.** São Paulo: Abril Cultural, 1988.

MARX, K. **O Capital.** 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988. Livro 1, v 2.

MESQUITA, B. A de. Estrutura fundiária e relação de produção no babaçu. In: ALMEIDA, A. et al. **Economia do babaçu:** levantamento preliminar de dados. São Luís: MIQCB/Balaies Typografia, 2001.

_____. **As transformações da pecuária maranhense sob a ação governamental e as forças de mercado:** ritmos e rumos da ação do capital no período de 1970 a 2000. São Luis. 2006; Tese (doutorado) Co-tuttele UFMA-PPGPPP/PARIS 3 Sorbonne Nouvelle, 2006.

_____. **Ação Governamental, Mercado e a Cadeia produtiva:** uma análise sobre o sistema de comercialização da pecuária maranhense, Paris, 2003.

_____. A crise da Economia do Babaçu no Maranhão (1920-80). **Revista de Políticas Públicas.** São Luis. v. 2, n. 2 jul./dez. 1996.

PORRO, R. **Expansão e trajetórias da Pecuária na Amazônia:** vales dos rios Mearim e Pindaré - Maranhão. Brasília: Ed. Unb, 2004.

Anexo A

Figura A

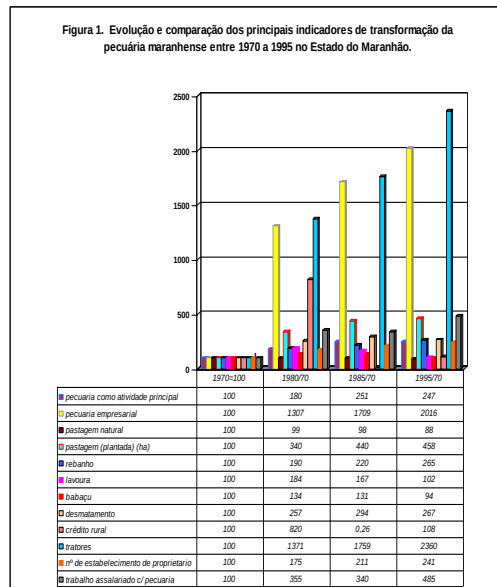


Figura B

